

Conselho de Segurança reafirma empenhamento na resolução 1325 que condena violência sexual contra as mulheres

9 de Março de 2006 -- Aproveitando o Dia Internacional da Mulher, o Conselho de Segurança reafirmou ontem o seu empenhamento na aplicação “integral e ininterrupta” da resolução 1325 que apela a que as mulheres tenham um papel mais importantes nos processos de paz e condena, mais uma vez, a violência sexual em situações de conflitos armados assim como todas as sevícias cometidas pelo pessoal das Nações Unidas.

César Mayoral, Representante Permanente na Argentina junto das Nações Unidas e Presidente do Conselho de Segurança no mês de Março, afirmou, numa declaração à imprensa, ontem, que os membros do Conselho “comprovam que foram conseguidos importantes progressos e pretendem apenas continuar a empregar esforços para eliminar os últimos obstáculos que impedem que a resolução seja totalmente aplicada”.

Sublinhando o papel vital das mulheres na promoção da paz e na reconstrução, os membros do Conselho reafirmaram “quão importante era que as mulheres fossem melhor representadas em todas as actividades de prevenção de conflitos e em todas as operações de manutenção e consolidação da paz”.

O representante da Argentina disse que os membros do Conselho estão decididos a continuar a atacar problemas que tenham como efeito a restrição do empoderamento das mulheres e da sua participação na tomada de decisões, a todos os níveis.

Os membros do Conselho denunciaram também a violência contra as mulheres, nomeadamente nos conflitos armados, e “não ignoram que uma das consequências mais catastróficas da violência contra as mulheres e da violência sexual é a transmissão do HIV/SIDA”. Neste sentido, saúdam “o papel primordial que as mulheres desempenham na luta contra o flagelo”.

César Mayoral declarou que “os membros do Conselho condenam vigorosamente os actos de violência sexista que continuam a ser cometidos em situações de conflito armado e insistem na necessidade de pôr fim à impunidade de que gozam os autores desses actos. Exortam firmemente todas as partes em conflito armados a respeitarem os direitos fundamentais das mulheres e das raparigas e a terem em conta as necessidades especiais das mesmas”.

O Presidente do Conselho acrescentou que “por outro lado, os membros do Conselho condenam vigorosamente todas as sevícias sexuais e todos os actos de exploração sexual cometidos pelo pessoal das Nações Unidas. Constatam que os países que fornecem os contingentes têm uma responsabilidade especial no que concerne à formação dos seus efectivos em matéria de promoção da igualdade de género e consideram que é necessário tomar medidas preventivas e punir os culpados de tais infracções”.

O Embaixador argentino insistiu que os membros do Conselho de Segurança são “defensores convictos da política de tolerância zero adoptada pelo Secretário-Geral”.

Sabendo que a sociedade civil dá um contributo importante para a aplicação da resolução 1325 (2000), os membros do Conselho exortam os Estados-membros a intensificarem a sua colaboração com as organizações da sociedade civil, em particular com as organizações femininas, para melhor pôr em prática a resolução ao nível do país”, concluiu César Mayoral.

Adoptada a 31 de Outubro de 2000, a resolução 1325 sobre as mulheres, a paz e a segurança, constitui uma resolução pioneira que apela a que os Estados-membros e o Secretário-Geral atribuam um papel mais importante às mulheres nos processos de paz.

(Baseado numa notícia produzida pelo Centro de Notícias da ONU a 9/03/2006)